

# O fim de uma prática e o início de outra: substituindo parteiras por um sistema médico-hospitalar

[Ilze Zirbel](mailto:izirbel@yahoo.com.br)

<http://geocities.yahoo.com.br/izirbel>

izirbel@yahoo.com.br

Folheando as páginas de um jornal blumenauense da década de 30 (o jornal *A Cidade*, n.30, 12/04/30) deparei-me com a publicação do Estatuto da Escola de Parteiras de Blumenau. Até aquele momento nunca havia pensado na existência de uma escola que ensinasse o “ofício de parteira”.

As parteiras sempre haviam estado na minha mente como parte integrante dos relatos de minha mãe e se apresentavam como mulheres simples, de lenço na cabeça, avental muito limpo e que por sua disposição e conhecimento eram chamadas nos momentos de parto para auxiliarem outras mulheres. Eu não as via como “estudantes da arte de partejar” mas como detentoras de um conhecimento e de uma prática muito antiga.

Quando minha mãe se referia a alguma parteira a referência se fazia acompanhar de uma mistura bastante interessante de opiniões e sentimentos. Ela era alguém para se admirar e respeitar. Uma figura bondosa e sábia que inspirava cumplicidade. Era uma “igual” que advinha em momentos difíceis, e íntimos, para socorrer mulheres e bebês em meio a uma sociedade claramente dividida entre homens e mulheres, entre o mundo da rua e o da casa.

Continuando a folhear o referido jornal espantei-me com a afirmação de que a Escola de Parteiras estaria sendo criada para suprir uma “necessidade regional”, visto que todo o Estado de Santa Catarina estaria “desprovido de profissionais qualificados/as” para o atendimento às parturientes. A afirmação se chocava com aquela minha imagem de respeito e admiração pelas parteiras de minha comunidade. Não eram elas capazes?

Deixando de lado a minha impressão primeira (mais subjetiva) passei a pensar na informação que estava diante de mim de forma mais “fria e lógica”. Duas questões básicas se colocam à partir da afirmativa do jornal: Se não havia profissionais “qualificados/as” para a realização de partos então as mulheres pariam sozinhas? Ou os partos estavam sendo realizados por pessoas consideradas “desqualificadas”?

Conhecendo as histórias sobre parteiras de minha comunidade logo percebi que a desconfiança jogada por sobre elas não advinha do grupo de mulheres que delas obtinham apoio e ajuda nos momentos de dar à luz (e que seriam as mais aptas a opinar sobre o assunto!). A acusação vinha “de fora”, mas de onde? De quem?

Instaurada a desconfiança de que “nem tudo estava sendo dito” naquelas páginas, passei a procurar mais informações sobre a referida Escola de Parteiras de Blumenau em busca de duas respostas: porque se estava criando uma escola desse gênero e porque se desqualificava o trabalho das parteiras existentes?

Quando se tem perguntas na cabeça sai-se em busca de respostas. Como minhas perguntas se situavam em torno de um espaço geográfico específico (a cidade de Blumenau), de um tempo (a

década de 30), e de um assunto (a Escola de Parteiros de Blumenau), passei a me dedicar à leitura do jornal *A cidade* durante várias tardes e manhãs. Informações? Muito poucas e nada parecidas com o que eu tencionava encontrar.

A terceira referência à Escola se deu um mês depois da primeira, em um contexto muito estranho, sob o título *O Brasil precisa de gente*<sup>1</sup>. Em meio a um discurso agressivo, o texto tratava de uma *epidemia criminosa e maldita*<sup>2</sup> que estaria "flagelando o país" e atacando especialmente o Rio Grande do Sul e a cidade de Curitiba. A "epidemia" estava marcada pela "bala" (armas de fogo), pelos entorpecentes e pelos abortos, tendo sido confirmada pelos dados do IBGE.

Estranhamente, ao invés do autor do texto se dedicar às três "epidemias" citadas ele passou a tratar apenas de uma, o aborto (o que dava a entender que do ponto de vista dele assassinatos e entorpecentes não eram assuntos realmente importantes a serem tratados) .

Apesar do texto estar sendo endereçado à população local, não se faz referência à prática do aborto na própria cidade de Blumenau mas "parteiros e enfermeiras renomadas" de Curitiba são acusadas de praticar não somente o aborto mas também o infanticídio (entendidos como sendo "a mesma coisa" e igualmente freqüentes). Como forma de "endossar" o que se estava dizendo (ou para "ameaçar") o Código Penal foi citado como tendo penas severas previstas contra os *faiseurs d'anges*<sup>3</sup>.

Nesse contexto se faz referência à Escola de Parteiros como um importante espaço para "diretores e professores" incutirem *no espirito das aprendizes* a "vigilância" para com aquelas parteiras que estariam *convertendo o elevado sacerdócio da profissão em instrumento do crime e da degradação social*.

Uma série de novas questões surgiu na minha cabeça: As "aprendizes" (aquelas que ainda "não sabem" mas "podem aprender") estariam lá para que lhes fossem "incutidas" algumas coisas (o que me fazia pensar que somente as "facilmente incutíveis" poderiam ser bem vindas); depois de aprendida a lição desejada, as aprendizes poderiam ser usadas para vigiar outras parteiras (que são tidas como "perigosas" ou "incapazes", já que precisam ser "vigiadas").

Outra afirmação dedutível do artigo: ser parteira equivalia a exercer um "sacerdócio" (uma vocação, algo repleto de santidade, abnegação e de dedicação exclusiva) e a subversão deste "sacerdócio" equivalia a um "crime" e à "degradação social".

Novamente me veio à cabeça que os crimes "de bala" e as possíveis mortes que deviam estar ocorrendo em decorrência do uso de entorpecentes não estavam sendo apresentadas ali como uma "degradação da sociedade". O que interessava era associar às parteiras que atuavam nas comunidades a idéia de "degradação" e "crime", endossando assim a criação da Escola de Partos.

Além disso, também ficou por conta das parteiras a acusação de responsabilidade pelo baixo crescimento demográfico do sul do país e a "falta de patriotismo" encerrada na prática do infanticídio e do aborto (onde se vê claramente associado o ato de "ter filhos" com o ato de "servir a Nação", numa clássica alusão ao "papel social" das mulheres dentro das sociedades geridas por homens ocupados

---

<sup>1</sup> Na verdade, esta era a segunda referência à Escola de Parteiros dentro do jornal mas a terceira por mim encontrada. *A Cidade*, n.32, 26/04/1930.

<sup>2</sup> Op.cit.

<sup>3</sup> Expressão utilizada na França para designar as pessoas que "fabricavam anjos", ou seja, praticavam o infanticídio e/ou o aborto.

em defender suas Pátrias de outros homens).

Parecia uma caça às bruxas, diferente daquela medieval (em que se queimavam as mulheres na fogueira) mas ainda assim semelhante em alguns aspectos (eram novamente mulheres que detinham algum saber sobre outras mulheres e que atuavam na área da medicina obstétrica). Bem perto de mim, no meu estado, na minha cidade, bem debaixo do meu nariz!

Não querendo ser de todo má na minha interpretação dos fatos (e no meu "mal-estar, uma vez que eu já me encontrava um pouco exasperada pela associação entre "filhos" e "patriotismo", e pelas páginas policiais do referido jornal que apontavam para suicídios, "defloramentos" e assassinatos de meninas que "se negavam" aos seus "pretendentes"), resolvi não dar a questão por concluída e parti para mais informações.

Como o assunto parecia estar "em alta", não foi preciso procurar muito para encontrar a referência seguinte. No dia 17 de maio de 1930 o jornal passou a dar mais alguns detalhes sobre o assunto.

O plano de Ensino da Escola teria sido moldado de acordo com o curso de obstetrícia da Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre e esta seria a primeira escola do gênero do Estado de Santa Catarina. Conforme o texto, Blumenau ficaria com *as visíveis vantagens da excelente iniciativa* que estava criando, formando o que era *tão necessário, parteiras capazes, em condições de atender aos reclames das colonias desprovidas dessas profissionaes*.<sup>4</sup>

Esta nova citação, além de se referir mais uma vez às parteiras tradicionais como "incapazes" (visto que as "capazes" seriam treinadas na referida Escola), faz alusão às "visíveis vantagens" para a cidade de Blumenau com a criação da Escola e à ligação da mesma com a Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre.

O parágrafo seguinte apontava para o reconhecimento da Escola pela Assembléia Legislativa do Estado e para a validade dos "certificados" que seriam ali oferecidos também em território paranaense *em virtude de uma lei de reciprocidade* que existia entre os dois estados<sup>5</sup>.

Seguindo a minha curiosidade (e cheia de perguntas na cabeça) fui dar mais uma "olhadinha" no Estatuto da Escola para ver quais as matérias que iriam ser ministradas e os pré-requisitos necessários para se ingressar na Escola.

O curso seria de apenas um ano. As candidatas deveriam ter noções de língua portuguesa (lembrando que a maioria da população falava alemão e que em muitas famílias as meninas ficavam sem acesso educação escolar), noções de aritmética, idade mínima de 18 anos, certificado de boa conduta (afinal, tratava-se de um "sacerdócio") e atestado médico que garantisse a ausência de alguma "moléstia contagiosa".

Durante o período de estudo seriam oferecidas as matérias de anatomia da bacia da mulher, "noções" de microbiologia, embriologia, fisiologia e patologia além de aulas de clínica obstétrica. As alunas também deveriam ser semanalmente "levadas" aos hospitais da cidade para as aulas *exclusivamente práticas*.<sup>6</sup>

A esta altura eu já estava me perguntando: Com estes pré-requisitos e estas matérias porque é que

---

<sup>4</sup> **A notícia**, n.35 de 17/05/1930.

<sup>5</sup> Op. cit.

<sup>6</sup> Estatuto da Escola de Parteiras de Blumenau. **A notícia**, n.30, 12/04/30.

não se abria logo uma escola de medicina para as mulheres? Já havia se passado mais de quarenta anos desde que a primeira brasileira se formara na Faculdade de Medicina da Bahia<sup>7</sup> e o próprio jornal A Cidade havia noticiado meses antes o ingresso de *varias dezenas de senhoritas*<sup>8</sup> na Universidade do Rio de Janeiro para cursar Direito e Medicina (além de outras três que haviam ingressado no curso de Engenharia)<sup>9</sup>.

Estava ficando claro para mim que o que se queria não tinha muito à ver com "aprimorar a prática obstétrica das mulheres" mas "regulamentar" e "fiscalizar" o ofício das parteiras.

Aqui já se poderia acrescentar um outro elemento à discussão: não era apenas de interrupção da gravidez que se estava falando (em uma época em que as pílulas anticoncepcionais ainda não haviam sido "descobertas") mas de clinalização do corpo das mulheres dentro dos ambientes hospitalares.

Neste momento o jornal já não me bastava mais e não seria capaz de responder a todas as minhas perguntas, era preciso sair em busca de diversos outros subsídios: livros e artigos de temas correlacionados (como a história da medicina no Brasil, a criação das Escolas de Parto brasileiras, o surgimento e o desaparecimento das parteiras; a "inserção" das mulheres no mundo da "saúde pública", a prática e a criminalização do aborto; políticas públicas de crescimento demográfico; etc.); entrevistas (com pessoas que vivenciaram a década de 30 em Blumenau, que conheceram a Escola de partos, que conviveram com parteiras, etc.); documentos oficiais da Escola, etc.

Também era a hora de estabelecer objetivos e um método para iniciar um bom projeto de pesquisa.

## As Escolas de Parto e o avanço das Escolas de Medicina pelo sul do Brasil

Saindo em busca de artigos e textos que estivessem relacionados ao assunto em questão deparei-me com a tese de doutorado da historiadora Maria Lúcia Mott<sup>10</sup> cujos resultados haviam sido publicados em forma de artigo sob o título "*O curso de partos: deve ou não haver parteiras?*"

O artigo analisa os cursos de formação de parteiras criados no Brasil durante o século XIX. A documentação pesquisada por esta autora aponta para o perfil desejado para as "estudantes", a frequência e o número de alunas matriculadas nestas escolas, o papel dos médicos e das parteiras no atendimento de partos, as relações de gênero e as disputas profissionais.

Muitas das "desconfianças" por mim sentidas ao ler o jornal *A cidade* acabaram por encontrar eco no trabalho desta historiadora.

Segundo Mott, a criação de Escolas de Parto no Brasil encontra-se intimamente ligada à criação das Escolas de Medicina e à disputa dos médicos por um espaço junto às parturientes (visto serem eles "recusados" pelas mesmas, que preferiam a companhia de parteiras no momento do parto<sup>11</sup>). Não

<sup>7</sup> A gaúcha Rita Lobato, diplomada a 10 de dezembro de 1887, segunda mulher a se diplomar em medicina na América Latina. Ver: SHU00; ZIR01 e MEU00.

<sup>8</sup> **A notícia**, n.27, 22/03/30.

<sup>9</sup> "Coincidentemente", estas três senhoritas vinham de um mesmo Estado, o Rio Grande do Norte, primeiro estado brasileiro a outorgar o direito de voto às mulheres (em 1927). Ver: Zirbel, Ilze. **As mulheres do Brasil: Tabela ilustrativa de suas lutas e conquistas (1827-1970)**. Em: <http://br.geocities.com/izirbel>

<sup>10</sup> Maria Lúcia Mott, *O curso de partos: deve ou não haver parteiras?* **Cadernos de Pesquisa**, n.108, p.133-160, São Paulo, nov.1999.

<sup>11</sup> Op.cit., p.134.

é possível deixar de pensar, diante do grande número de mulheres que concebiam filhos/as a cada ano, no quanto este espaço deveria ser importante para a área médica.

A questão do "aumento populacional" também se fazia presente por ocasião da reforma no ensino médico brasileiro em 1832 sendo utilizada como argumento para a criação das primeiras escolas de "obstetrícia". Outra questão recorrente em vários documentos da época é a da "desqualificação" do trabalho das parteiras práticas, sempre acusadas de "inaptas", "ignorantes", e "charlatãs".

De igual forma, os pré-requisitos para as futuras alunas eram basicamente os mesmos em 1832 e 1930 (apesar dos cem anos que separava uma data da outra e da diferente realidade política: em 1832 ainda era o Brasil Império, em 1930 já estávamos na República): saber português, ter no mínimo 16 anos, apresentar um atestado de bons costumes *passado pelo juiz de paz da freguesia onde moravam* as alunas (o que não era pedido para os alunos de Medicina e Farmácia!) e pagar a matrícula (elemento novo).

Além destas, o texto trouxe à tona uma série de outras questões, sendo a maioria oriundas de documentos e textos produzidos pela primeira parteira formada no Brasil: a imigrante francesa Maria Josefina Matildes Durocher (Mme. Durocher), formada em 1871 pela Imperial Academia de Medicina do Rio de Janeiro.

As principais críticas de Mme. Durocher parecem apontar para a ineficácia do curso, como segue a citação:

A mulher que acaba de largar a agulha, o ferro de engomar, a panela, a frigideira ou qualquer utensílio da vida doméstica, vai ouvir por espaço de dois anos o professor falar de partos, em termos para ela completamente desconhecidos, como cartilagens, tendões, sinóvia, membrana serosa, mucosa, parênquima, articulação úmero-cubital, fontanela bregmática, etc., etc., circulação útero-placentária, descrição de embriologia; não percebe nem pintada, mas que importa? O fim principal não é perceber, é decorar, e para isso basta ter a inteligência um grau acima da de um papagaio, para decorar mais ou menos bem o que ouviu por espaço de dois anos.<sup>12</sup>

Vale à pena ressaltar que os primeiros cursos haviam sido planejado para terem a duração de um ano (em 1832) mas devida à "dificuldade de aprendizado" das alunas eles foram estendidos para dois anos (em 1854). "Interessantemente" a matéria do primeiro ano deveria ser repetida no segundo (intitulada: "Partos, moléstia de mulheres pejudadas e meninos recém-nascidos"), era apenas teórica e era ministrada no quarto ano do curso de Medicina (o que demonstra o estágio de confusão em que se encontravam as coisas: não eram as alunas apenas "candidatas a parteiras" e com "grande dificuldade de aprendizado"? Porque elas iam então "diretamente" para o quarto ano de medicina, num curso teórico?. O que se queria com isso? Desconfiava-se de que elas poderiam ser "capazes" de acompanhar as aulas ou esperava-se que elas realmente não aprendessem quase nada, permanecendo na tal "ignorância"?).

Diante da ineficácia dos cursos de Partos e do inexpressivo número de pessoas formadas (também na medicina e na Farmácia) surgiu, em meados do século XIX, a proposta de se criarem escolas "secundárias" em cinco estados brasileiros (entre eles o Rio Grande do Sul). Para não se "ferir" o

---

<sup>12</sup> Citação do artigo "Deve ou não haver parteiras?", escrito por Mme. Durocher em 1871 e citado por Maria Lúcia Mott. Op. Cit., p. 137.

poder das duas únicas faculdades de Medicina existentes no país até então<sup>13</sup>, os/as profissionais destes novos estabelecimentos teriam uma formação de "segunda classe", "puramente prática" (o que demonstra mais uma vez a visão que se tinha do trabalho que continuava sendo realizado em todas as cidades por parteiras e conhecedoras de medicamentos naturais), suprimindo assim a falta de médicos, farmacêuticos e parteiras no interior do Brasil.

Os novos centros de formação serviriam ainda para auxiliar no combate ao "charlatanismo" existente em todo o território nacional (compreendendo-se por charlatãs todas as pessoas "não-formadas" por estes cursos e que atuavam nas comunidades).

Apesar de haver infra-estrutura montada em todos estes estados (como hospitais), o projeto não foi aceito pela comissão formada pela Faculdade de Medicina (!) cujos membros negaram a falta generalizada de médicos e farmacêuticos pelo país (a "falta" de parteiras não chega a ser citada), afirmando que as duas faculdades existentes eram suficientes<sup>14</sup>.

No ano de 1879 um nova reforma no ensino médico brasileiro foi efetuada. O curso "obstetrício" passou a se denominar "Obstetrícia e Ginecologia" e abria-se a participação aos homens. Mott observa ainda que foi à partir desta reforma *que as mulheres passaram a ter acesso aos cursos superiores* no Brasil (incluindo a Medicina)<sup>15</sup>.

A exclusão das mulheres do curso de medicina e a dos homens do curso para parteiras aponta para rigidez dos espaços de poder. Aos homens cabia a Faculdade de Medicina, às mulheres o curso de parteiras. Nenhum dos dois lados poderia ser ultrapassado para não gerar questionamentos sobre o papel de cada um/a na sociedade em que se vivia.

Mott aponta ainda para o monopólio do ensino médico e obstétrico pelas duas faculdades de Medicina existentes no Brasil: eram elas que ditavam as regras no campo da saúde, possuindo a exclusividade na concessão de diplomas e regulamentando o exercício de médicos oriundos de outros países. Para ser considerado "Legal", era preciso conseguir o aval destas faculdades.

Outro dado interessante aponta para a cassação das parteiras práticas (não diplomadas), presente no artigo 21 do regimento de uma "aula" criada pela Assembléia Legislativa de Pernambuco para formar parteiras e que dizia o seguinte: *dois anos depois da abertura na aula nenhuma mulher poderia exercer a profissão de parteira da Província de Pernambuco sem ter título passado pela Cadeira de Obstetrícia*.<sup>16</sup>

Para finalizar, o texto aborda questões relativas ao universo das alunas apontando para o baixo número de mulheres que chegaram a frequentar os cursos e à classe social das mesmas. Ao que tudo indica, as mulheres que tinham meio de subsistência não optavam por esta profissão e as que poderiam necessitar de uma fonte alternativa de sobrevivência (viúvas, alforriadas, empobrecidas) não possuíam meios para se manter nos cursos (muito menos de se deslocar para o Rio de Janeiro ou a Bahia). Além disso, havia o problema de ter que conviver com homens em sala de aula, o que poderia

---

<sup>13</sup> A do Rio de Janeiro e a da Bahia.

<sup>14</sup> Maria Lúcia Mott, Op. Cit., p.139.

<sup>15</sup> Op. Cit. P. 140. Brecha esta imediatamente aproveitada por Rita Lobato que, acompanhada do pai e do irmão, mudou-se para o Rio de Janeiro (e em seguida para a Bahia) à fim de se graduar em medicina. [MEU00]

<sup>16</sup> Este curso buscou reconhecimento junto as escolas "oficiais" sendo rejeitado pelas mesmas. Maria Lúcia Mott, op. Cit., p.148.

acabar com a reputação de uma mulher (visto que o convívio entre os sexos se dava apenas no âmbito doméstico ou em ambientes públicos onde a família se fazia presente) e a associação da profissão ao trabalho de escravas e mulheres pobres (realidade do centro do país).

Terminada a leitura e a anotação dos dados do referido artigo, parti em busca de outra fonte, agora mais ligada à realidade do sul do país. De acordo com as informações obtidas no jornal "A cidade", a Escola de Parteiras de Blumenau passaria a funcionar sob a tutela da Escola Médico Cirúrgica de Porto Alegre, o que me levava a procurar alguma informação sobre esta instituição e às suas diretrizes.

Procurando textos em todos os lados encontrei na internet uma palestra proferida pela professora de História da Universidade Federal de Santa Maria (RS), Beatriz Teixeira Weber, intitulada: "A História da Medicina no Rio Grande do Sul".

Na primeira parte desta palestra, a autora trabalha o universo das "práticas de cura" na cidade de Porto Alegre desde o período colonial, onde *os barbeiros ou cirurgiões barbeiros praticavam pequenas cirurgias, além de cortar cabelo e fazer a barba; os boticários comercializavam drogas e concorriam com os físicos e cirurgiões-barbeiros no tratamento das doenças.* Ao lado destes podiam ser encontrados uma série de outras pessoas *sem habilitação formal que receitavam e faziam curativos, de acordo com horizontes culturais diversos. Essas pessoas podiam ser curandeiros, pajés, benzedores, etc.*<sup>17</sup>

Ainda que houvesse um grande número de pessoas se dedicando ao exercício de práticas de cura, o grupo mais respeitado e próximo da população era o das parteiras que, além de se dedicarem aos partos, eram peritas em "moléstias de senhoras".

Elas participavam cotidianamente do convívio com as mulheres, numa relação muito próxima. Elas explicavam as dificuldades e os desconfortos, utilizando perspectivas reconhecíveis por todas. Os "incômodos do útero" tratado pelas parteiras podiam significar as mais diversas doenças venéreas, inflamações sem diagnóstico preciso (...) Mas o maior "incômodo" era gravidez não desejada e várias parteiras faziam abortos. Elas compartilhavam uma intimidade com as dificuldades femininas, sendo companheiras e confidentes e, por isso, mais aceitas que os médicos no atendimento de seus problemas.<sup>18</sup>

De acordo com estas colocações fica fácil de compreender que a primeira medida tomada pelos médicos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre foi a de realizar um curso de partos (em 1897) para obter o controle sobre a atividade destas "curadoras-parteiras". Teria sido à partir deste curso que surgiu o primeiro curso de Medicina do Rio Grande do Sul (sob a tutela de médicos formados na Faculdade do Rio de Janeiro que atuavam no sul do Brasil) e o terceiro do país.

O trabalho de pesquisa realizado por Beatriz Weber é bastante rico em detalhes quanto às diferentes formas de ação ocorridas no campo da medicina após o texto da Constituição Federal de 1891 que garantia o livre exercício de qualquer profissão "moral, intelectual e industrial". Segundo ela, enquanto que no Rio de Janeiro se fazia de tudo para "regulamentar" e "fiscalizar" a prática "ilegal" da medicina, da "magia" e do "curandeirismo", o Rio Grande do Sul vivia sob uma política positivista (de

<sup>17</sup> Beatriz Teixeira Weber. **A história da Medicina no Rio Grande do Sul**, Projeto SBPC na comunidade, palestra 7: 25 de abril de 2001. site: [www.ufsm.br/antartica/Palestra%207.htm](http://www.ufsm.br/antartica/Palestra%207.htm)

<sup>18</sup> Op. Cit.

Júlio de Castilhos) que assegurava a liberdade profissional e religiosa destes grupos.

As diferenças de opinião (e de posição política) entre o Estado do Rio Grande do Sul e das escolas de Medicina do Rio e da Bahia (que possuía seus representantes dentro da Faculdade de Medicina de Porto Alegre) acabaram por gerar uma greve de estudantes, seguida de suspensão generalizada, um processo contra a suspensão decidido por órgãos federais e o pedido de demissão coletiva dos professores partidários do governo estadual. Os professores positivistas *alegavam ser inadmissível que o governo federal interviesse no estado, pois defendiam total independência dos órgãos de ensino, baseados no princípio geral de não-intervenção sobre as profissões e sobre o ensino.*<sup>19</sup>

Após este episódio o governo estadual fundou, em 1915, a Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre (à qual haveria de se vincular, 15 anos depois, a Escola de Partos de Blumenau), iniciando uma disputa entre esta nova Escola e a Faculdade de Medicina já existente. Tendo a finalidade de manter uma total liberdade de ensino e sendo apoiada pelo estado, essa escola acabou ficando "de fora" das várias publicações organizadas por médicos que registravam "a história" da medicina no estado.

A questão da liberdade profissional *foi motivo de conflito e hostilidade dos médicos para com o PRR - Partido Republicano Rio-Grandense*<sup>20</sup> durante vários anos, o que se evidenciou durante o 9o Congresso Médico Brasileiro realizado no ano de 1926 na cidade de Porto Alegre (estrategicamente!). O Congresso tentou pressionar a regulamentação da profissão havendo uma intervenção das tropas policiais estaduais no recinto no intuito de cercear a manifestação de *princípios contrários à Constituição estadual.*

Com a criação de um Sindicato Médico Brasileiro, em 1927, e do Sindicato Médico Rio-Grandense, em 1928, a questão da "liberdade profissional" no Estado passou a ser sistematicamente atacada.

O primeiro número do boletim do sindicato é basicamente dedicado a contrariedade da liberdade profissional. O sindicato foi responsável por pressões ao governo federal, e, após 1930, ao governo provisório, para que fosse regulamentado o exercício da medicina e profissões correlatas, concretizado com o decreto 20.931, de 11 de janeiro de 1932.<sup>21</sup>

O decreto de 1932 acabou por regulamentar e fiscalizar não só o exercício da medicina mas também o da odontologia, da medicina veterinária, dos farmacêuticos, dos/as enfermeiros/as e das parteiras. O exercício dessas profissões seria permitido apenas a quem se achasse habilitado/a e tivesse o seu diploma registrado (o que se fazia no Departamento Nacional de Saúde Pública e na repartição sanitária estadual).

No ano de 1931 a Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre acabou sendo fechada (um ano após a abertura da Escola de Parto de Blumenau, à ela vinculada). A Escola não foi considerada suficientemente "idônea" para continuar exercendo a formação profissional que exercia e sugeriu-se que abrigasse estudantes de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia (mas não de Medicina, profissão considerada por alguns como "superior" às demais no campo da saúde).<sup>22</sup>

---

<sup>19</sup> Op. Cit.

<sup>20</sup> Op. Cit.

<sup>21</sup> Op. Cit.

<sup>22</sup> O texto não deixa claro se a Escola Médico Cirúrgica de Porto Alegre passou então a funcionar sob estas condições ou não.

De acordo com as leituras efetuadas, tanto dos jornais como dos artigos, percebe-se que há uma íntima relação entre a abertura de Escolas de Parteias com a questão da medicalização do corpo feminino e do acesso exclusivo de médicos à este corpo. O que falta descobrir é como este processo se deu no contexto catarinense, especificamente na cidade de Blumenau.

Ainda que a abertura da Escola de Parteias de Blumenau tenha se dado seguindo a tradição das demais escolas de partos brasileiras, a época e as condições em que isto ocorre diferem das demais em alguns aspectos: já não se vivia mais sob o Império, um regime de colonização e branqueamento da população havia entrado em vigor, a nacionalização das "colônias" começava a se tornar urgente, a inserção dos médicos era maior que no início do século XIX, a subordinação da Escola blumenauense à um Centro Clínico criado para agir de forma diferenciada dos demais (e o fechamento da mesma um ano depois), etc.

O "pano" que serve de "fundo" para a criação da primeira Escola de Partos do Estado de Santa Catarina é bastante rico e complexo. Várias são as questões que se encontram em aberto e vários são os caminhos a se percorrer para a recuperação de mais este aspecto da História Catarinense. O presente artigo não teve a pretensão de esgotar o assunto mas de apresentá-lo como temática viável para futuros pesquisadores e pesquisadoras.

## Bibliografia

**A lenta ascensão das Mulheres em Medicina.** site: [www.incor.usp.br/conteudo-medico/decourt/a%20lenta%20ascencao%20das%20mulheres%20oem%20medicina.html](http://www.incor.usp.br/conteudo-medico/decourt/a%20lenta%20ascencao%20das%20mulheres%20oem%20medicina.html)

Escola de Parteias de Blumenau. **Semanário Noticioso A Cidade.** n.35, 17/05/1930.

ESPERANÇA, Clarice. Elas fizeram o parto de gerações inteiras. **Zero Hora.** Vida, 02/04/94, p.4-5.

Estatuto da Escola de Parteias de Blumenau. **Semanário Noticioso A Cidade.** n.30, 12/04/1930, capa.

MEUCCI, Nádya Raupp. **Rita Lobato (1867-1954).** 18/06/2002, site: <http://www.fotonadia.art.br/ritalob/rita.htm>

MOTT, Maria Lúcia. O curso de partos: Deve ou não haver parteiras? **Cadernos de Pesquisa.** n.108, p.133-160, São Paulo, nov. 1999.

MOTT, Maria Lúcia. **Parto, parteiras e parturientes no século XIX. Mme Durocher e sua época.** Tese de Doutorado defendida no Depto de História. USP, 1998.

MOTT, Maria Lúcia. **Parteias do Passado, ilustres desconhecidas.** 18/06/2002, site: [www.estado.estadão.com.br/jornal/suplem/zap/pcentral4/pc4f.html](http://www.estado.estadão.com.br/jornal/suplem/zap/pcentral4/pc4f.html)

O Brasil precisa de gente. **Semanário Noticioso A Cidade.** n.32, 26/04/1930.

PETRY, Suely Maria Vanzuita (org.) **Blumenau em Cadernos.** Blumenau: Arquivo Publico Prof. José Ferreira da Silva. 1957-2002.

PRIORE, Mary del. Magia e Medicina na colônia: o corpo feminino. Em: **História das Mulheres no Brasil.** p.79-114.

SCHOR, Néia e ALVARENGA Augusta T. de. **O aborto: um resgate histórico e outros dados.** 20/06/2002, site: [www.fsp.usp.br/SCHOR.HTM](http://www.fsp.usp.br/SCHOR.HTM)

SCHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Erico Vital (org.) **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

TORNQUIST, Carmen Susana. A mão e a luva: O processo de medicalização do parto e o corpo feminino em Florianópolis. Em: **História das Mulheres de Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas/Chapécó: Editora Argos, p.41-58, 2001.

WEBER, Beatriz Teixeira. **A história da medicina no Rio Grande do Sul**. Projeto SBPC na comunidade, palestra 7: 25 de abril de 2001. 18/06/2002, site: [www.ufsm.br/antartica/Palestra%207.htm](http://www.ufsm.br/antartica/Palestra%207.htm)

ZIRBEL, Ilze. **As mulheres do Brasil: Tabela ilustrativa de suas lutas e conquistas (1827-1970)**, 20/06/2002, site: <http://br.geocities.com/izirbel>